



**PARECER DO CONSELHO DE AUDITORIA
SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS
DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA
EXERCÍCIO DE 2011**

1. Em cumprimento do disposto na alínea e) do nº 2 do artigo 17º dos Estatutos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML), aprovados pelo Decreto-Lei nº 235/2008, de 3 de Dezembro, vem o Conselho de Auditoria apresentar o seu Parecer sobre o Relatório de Gestão e as Contas relativas ao exercício de 2011.
2. O Conselho de Auditoria acompanhou, durante o exercício findo, a evolução da atividade da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e dos seus Departamentos através da análise da documentação financeira que foi recebendo e da análise das atas das sessões da Mesa que apreciou nas suas reuniões mensais. Além disso, foram efetuadas algumas reuniões com membros da Mesa e outros responsáveis de alguns Departamentos e Gabinetes no sentido de se informar sobre a atividade desenvolvida.
3. O Conselho de Auditoria pronunciou-se, em 28 de Outubro de 2011, sobre as contas intercalares relativas ao período de 1 de Janeiro a 13 de Setembro de 2011 no cumprimento do disposto no art.º 52º da Lei nº 98/97, de 26 de Agosto, na redação que lhe foi dada pela Lei nº 48/2006, de 29 de Agosto (Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas), competindo à atual Mesa da SCML, que iniciou funções em 14 de Setembro de 2011, a apresentação das contas relativas ao período de 1 de Janeiro a 13 de Setembro de 2011, por ter havido substituição integral dos membros da Mesa anterior.
4. Como então se referiu, no decurso do presente exercício, destacam-se as seguintes alterações do quadro legal que tiveram impacto na atividade e estrutura organizacional da SCML: a cedência à SCML e, por um prazo de 3 anos, dos 23 estabelecimentos integrados do Instituto da Segurança Social, I. P (ISS) e situados na área geográfica de intervenção do Centro Distrital de Lisboa, sendo-lhe confiada a gestão dos respetivos equipamentos e das respostas sociais prestadas por tais estabelecimentos (art.º 66º da Lei nº 55-A/2010, de 31 de Dezembro e o

Decreto-Lei n.º 16/2011, de 25 de Janeiro); a permissão de 2 sorteios semanais no jogo EUROMILHÕES e a reafecção dos resultados de exploração dos Jogos Sociais pelas entidades beneficiárias (Decretos-Lei n.ºs 44/2011, de 24 de Março e 106/2011, de 21 de Outubro).

5. Em 31 de Dezembro de 2011, o número de trabalhadores da SCML totalizava, segundo o relatório de gestão e contas, os 4.807 (+ 673 efetivos do que em 2010, traduzindo um acréscimo de 16,2%, essencialmente por força da integração dos trabalhadores dos estabelecimentos cedidos do ISS), cujo vínculo laboral predominante era o contrato individual de trabalho (75,3%). Cerca de 64,3% destes trabalhadores encontra-se afeto ao Departamento de Ação Social e Saúde (3.090 efetivos). A taxa de absentismo global foi de 6,48 %.

Por seu turno, o número de prestadores de serviço ascendia a 696 (+ 60 do que em 2010), maioritariamente ajudantes familiares (464) e amas (128).

6. No ano de 2011, os gastos com a ação social (missão fundamental da SCML) ascenderam a 124,8 milhões de euros (equivalendo aos gastos do Departamento de Ação Social e Saúde) e estão relacionados com o apoio social desenvolvido pela SCML nas seguintes áreas: infância e juventude, população idosa, pessoas portadoras de deficiência, família e comunidade.
7. Em 31 de Dezembro de 2011 e segundo o relatório de indicadores da direção financeira do mês de dezembro de 2011 (refira-se que esta informação deixou de constar no relatório de gestão e contas da SCML), o património imobiliário gerido pela SCML era composto por 536 imóveis (391 prédios urbanos, 119 prédios rústicos e 26 prédios mistos) e 1.279 jazigos.

Ainda na área do património, o “Fundo de Investimento Imobiliário Fechado - Santa Casa 2004”, subscrito, na íntegra, em 2004, pela instituição, com o desiderato de garantir a salvaguarda da titularidade do património afeto ao Fundo e o controlo da sua gestão, integrava, no final de 2011, 11 imóveis e apresentava um valor líquido de 53,1 milhões de euros (decréscimo face aos 55,4 milhões de euros observados em 2010 e aos 59,4 milhões de euros registados no final de 2009).



8. No final do exercício, o Conselho de Auditoria analisou o documento intitulado «Relatório e Contas de 2011», que lhe foi apresentado pela Mesa em 23 do corrente mês de Março, o qual inclui as demonstrações financeiras consolidadas da SCML (balanço consolidado, demonstração consolidada dos resultados por naturezas, demonstração consolidada da alteração dos capitais próprios, demonstração consolidada dos fluxos de caixa e correspondentes anexo às demonstrações financeiras consolidadas), bem como as demonstrações financeiras separadas relativas ao departamento de Ação Social, Saúde, Qualidade e Inovação, Empreendedorismo e Economia Social, Gestão Imobiliária e Património e Serviços Instrumentais, ao Hospital Ortopédico de Sant'Ana (HOSA), ao Centro de Medicina de Reabilitação do Alcoitão (CMRA) e à Escola Superior de Saúde do Alcoitão - ESSA - (balanços, demonstrações dos resultados por naturezas, demonstração das alterações no capital próprio, demonstração dos fluxos de caixa e correspondentes anexos). Este Conselho também analisou o Relatório de Contas de 2011 do Departamento de Jogos, que mereceu parecer favorável do Conselho de Jogos no dia 22 do corrente mês de Março.
9. Foi-nos presente igualmente pela Mesa um volume contendo o relatório das atividades desenvolvidas pelas várias estruturas da SCML durante o ano de 2011, aprovado pela Mesa em 22 de Março de 2012, que igualmente analisámos e consideramos tratar-se de um documento que descreve, detalhadamente, os aspetos mais significativos da atividade desenvolvida pela SCML nas suas várias vertentes, bem como os diversos fatores que a condicionaram.
10. Nos termos da alínea h) do nº 2 do artigo 17º dos Estatutos, o Conselho de Auditoria esclareceu-se sobre os trabalhos desenvolvidos pelos Auditores Externos, reuniu com estes e apoiou-se nos relatórios por si emitidos em 22 de fevereiro (HOSA, CMRA e ESSA), 1 de março (Departamento de Jogos) e em 15 de março (serviços centrais e consolidado). Procedeu também à revisão das situações mencionadas nos pareceres do Conselho de Auditoria sobre as contas dos exercícios anteriores.
11. Pela análise efetuada ao estudo atuarial independente das responsabilidades com benefícios de reforma a que por lei a SCML está obrigada, observa-se que, entre 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2011, o valor do Fundo de Pensões sofreu uma redução substancial superior a 10 milhões de euros encontrando-se subfinanciado em 2,16%. Entende o Conselho de Auditoria que a SCML deverá proceder ao reforço do seu valor através de contribuição para esse efeito, assegurando, assim, a adequada cobertura pelo Fundo das responsabilidades que forem sendo estimadas.



12. No que em particular respeita às contas da SCML relativas ao exercício de 2011, consideramos de destacar o seguinte:

12.1. O resultado líquido consolidado de 2011 registado nas contas da SCML, sem Departamento de Jogos, situou-se no montante negativo de 4,25 milhões de euros, face aos 7,38 milhões de euros positivos registados no final do exercício de 2010. Este resultado é consequência de se ter verificado uma substancial degradação dos resultados operacionais que passaram de 1,57 milhões de euros, negativos, no final de 2010, para 24,05 milhões de euros, negativos, no final de 2011, parcialmente mitigados pela melhoria dos juros e rendimentos obtidos, 19,8 milhões de euros, face a 9,0 milhões de euros em 2010. Por sua vez, os resultados operacionais refletem o agravamento de 23,2 milhões de euros dos custos com o pessoal (+26,8%) e o registo de uma imparidade de 15,5 milhões de euros por perda de valor na aquisição de dois edifícios na Av. José Malhoa, em Lisboa, efetuada em 2008.

12.2. Por outro lado, os resultados obtidos do Departamento de Jogos, que apresentavam nos últimos anos uma tendência de descida, estabilizaram, com sinal positivo, no exercício de 2011. O resultado líquido global do Departamento de Jogos atingiu, neste exercício, o valor de 526 milhões de euros face aos 433,4 milhões de euros observados no final do ano de 2010. Para o referido resultado líquido, contribuíram o totobola com 0,2%, o totoloto com 11,3%, o Joker com 4,0%, o euromilhões com 75,8%, a lotaria nacional com 1,5% e a lotaria instantânea com 7,2%.

12.3. Sendo o euromilhões a principal fonte de recursos da SCML, o Conselho de Auditoria tem analisado a evolução do que designou como a propensão média às apostas no euromilhões medido pelos proveitos brutos *per capita* obtidos por este jogo em cada país aderente por lhe parecer constituir um indicador internacional que, do nosso ponto de vista, deve merecer particular atenção. Assim, Portugal continua a ser o país aderente ao euromilhões que proporciona a este jogo proveitos brutos *per capita* mais elevados, que representa 3,2 vezes a média dos nove países aderentes. Esta desproporção estatística reduziu um pouco face ao ano anterior (3,5 vezes a média em 2010) mas é representativa da exposição a que os proveitos do Departamento de Jogos se encontram face a este jogo específico. Este indicador pode constituir também um alerta face à eventualidade do



comportamento do apostador vir a evoluir no sentido da aproximação aos padrões internacionais traduzidos pela média dos nove países.

13. Dos resultados apurados pelo Departamento de Jogos neste período coube à Santa Casa o montante de 158,41 milhões de euros (131,9 milhões de euros, em 2010), valor que inclui 13,9 milhões de euros de prémios caducados (10,2 milhões de euros, em 2010), e ao Centro de Medicina e Reabilitação do Alcoitão o montante de 4,34 milhões de euros (4,54 milhões de euros, em 2010).
14. A diferença entre o resultado apurado (526 milhões de euros) e o resultado atribuído aos beneficiários (523,1 milhões de euros) corresponde a valores retidos para reforço dos fundos legalmente exigidos no montante de 2,8 milhões de euros.
15. Quanto à execução orçamental, constante da nota 37 do Anexo, verifica-se que ocorreram desvios positivos nas receitas correntes consolidadas de 14,5% face ao orçamentado e redução das despesas correntes consolidadas de 6,3% em relação ao orçamento, o que originou um desvio positivo do saldo corrente consolidado de cerca de 40,8 milhões de euros face ao orçamento quase duplicando o saldo corrente de 2010, não obstante a prevista deterioração, incorporada na proposta de orçamento.

A execução orçamental positiva neste período ficou a dever-se essencialmente ao desvio positivo dos rendimentos derivados dos jogos (integrados na rubrica outros rendimentos e ganhos) que totalizaram no período 171,1 milhões de euros que cresceram 14,6%, e que representam 76,8% das receitas consolidadas. Também se registou um desvio positivo (+113,2%) na rubrica de juros, dividendos e outros rendimentos.

Quanto às despesas correntes consolidadas, assumem relevância as rubricas de fornecimentos e serviços externos que representa 30,0% do total dos gastos, e que cresceu 10,3% em relação ao período homólogo do ano anterior, registando, no entanto, uma melhoria de 13,6% face ao orçamento, bem como a rubrica de gastos com o pessoal (56,1% dos gastos) com um agravamento de 14,6% (correspondendo a +13,4 milhões de euros) face a igual período de 2010 embora também registe uma melhoria de 3,4% em relação ao orçamento. Refira-se que, como dissemos atrás, se registou um aumento do número de colaboradores face a 2010 essencialmente devido aos trabalhadores dos 23 estabelecimentos integrados do Instituto da Segurança Social, I. P. que transitaram para a SCML desde 31 de Maio passado.



Para a evolução do saldo corrente consolidado no final de 2011 contribuíram, em termos de execução orçamental, os Serviços Centrais com um desvio positivo de 42,6 milhões de euros, o HOSA com um desvio positivo de 0,9 milhões de euros, o Centro de Medicina e Reabilitação do Alcoitão com um desvio negativo de 2,4 milhões de euros e a Escola Superior de Saúde do Alcoitão com um desvio negativo de 0,35 milhões de euros.

Face aos aumentos sucessivos registados nos últimos anos quanto aos gastos com o pessoal e fornecimentos externos (neste ano acima dos dois dígitos) e ao atual período de dificuldades económicas que a sociedade portuguesa atravessa, o Conselho de Auditoria sugere a adoção de uma política de maior rigor e de contenção neste tipo de gastos.

16. De acordo com pesquisa efetuada no site www.base.gov.pt (portal dos contratos públicos), constatamos que, relativamente aos ajustes diretos realizados em 2011, a SCML apenas publicitou 61 do CMRA e mais 2 outros.

Nos termos do nº 2 do art.º 127º do Código dos Contratos Públicos, aquela publicitação “...*é condição de eficácia do respetivo contrato, independentemente da sua redução ou não a escrito, nomeadamente para efeitos de quaisquer pagamentos*”.

Assim, existindo ajustes diretos contratados em 2011 por outras entidades do universo SCML (segundo informação da direção de aprovisionamento e até agosto de 2011 tinham sido realizados 240 ajustes diretos) impõe-se a correção urgente desta omissão, atentas as consequências, do seu incumprimento.

17. Por outro lado, o Conselho de Auditoria reitera as recomendações que tem vindo a formular nos Pareceres sobre as contas anuais da SCML, nomeadamente as constantes do Parecer sobre as contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 e, em particular, no que concerne ao tipo de relatório que deverá passar a acompanhar as contas consolidadas e que poderá, em nosso entender, evoluir para um tipo de Relatório de Gestão mais sintético, virado para o exterior da Instituição e menos para um Relatório de Atividades demasiado detalhado e de cariz interno.



18. Desse relatório deverá fazer parte um capítulo com a análise da posição financeira, apreciação sobre a evolução dos resultados obtidos e análise da respetiva execução orçamental, matérias que ainda estão ausentes do atual Relatório a que se reporta a presente prestação de contas.
19. O comportamento negativo dos resultados operacionais, acentuado neste período, reforça a necessidade do Conselho de Auditoria alertar a Mesa para a premência da adoção das medidas que tendam a contrariar esta evolução e também para o controlo da expansão da oferta dos serviços que proporciona por forma a assegurar a sua sustentabilidade futura.
20. Por outro lado, não pode o Conselho de Auditoria ficar indiferente à situação que determinou uma tão substancial quebra nos resultados líquidos da SCML registados no exercício de 2011. Essa quebra de resultados foi consequência da necessidade de registar em 2011 uma imparidade no montante de 15,5 milhões de euros por perda de valor de dois edifícios adquiridos em 2008 para instalação de serviços da SCML.

Alguma perda de valor seria natural ocorrer atendendo à fase em que se encontra o setor imobiliário e, em particular, o imobiliário de escritórios na cidade de Lisboa. Porém, a desvalorização ocorrida é de valor bem superior a esse ajustamento e ela parece decorrer da má aquisição efetuada. Não tem o Conselho de Auditoria conhecimento de que tenha havido inobservância do cumprimento das obrigações formais dado que foi obtida a autorização por parte do ministro da tutela, como a lei impõe.

Porém, o Conselho de Auditoria não possui a mesma opinião quanto à aplicação das metodologias mais apropriadas na identificação e caracterização das necessidades de instalação dos serviços e na obtenção das soluções técnicas e construtivas, bem como na pesquisa de alternativas de oferta de edifícios então existentes e/ou construção de raiz, que pudessem ter ido ao encontro de tais necessidades, ainda hoje mal caracterizadas. Quando se olha para o tempo decorrido, mais se adensa a convicção de que teria sido evitável uma perda tão acentuada perante a necessidade de assegurar uma gestão parcimoniosa dos recursos. Assim, o Conselho de Auditoria recomenda à Mesa que sejam adotados os mecanismos que possam prevenir a repetição de situações deste tipo, não rejeitando o necessário apuramento de responsabilidades que couberem neste caso, como já foi, aliás, transmitido em tempo oportuno.

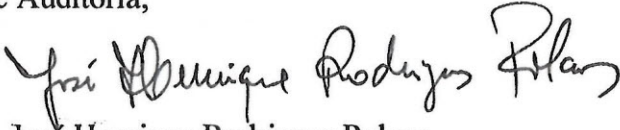
P.


PARECER

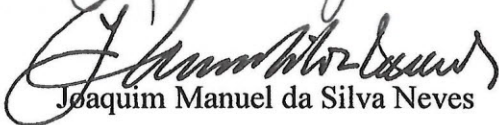
21. Face ao acima exposto, com as ênfases constantes dos Relatórios de Auditoria do CMRA e ESSA elaborados pelos Auditores Externos que nos foram presentes e com os quais concordamos, o Conselho de Auditoria exprime o seu parecer favorável à aprovação das contas e da proposta de aplicação dos resultados do exercício de 2011.

Lisboa, em 27 de Março de 2012.

O Conselho de Auditoria,

Presidente: 
José Henrique Rodrigues Polaco

Vogal: 
José Augusto Antunes Gaspar

Vogal: 
Joaquim Manuel da Silva Neves